

PREGÃO ELETRÔNICO
05/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG

1

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO

R\$145.350,00 (Cento e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais)

LOCAL: PLATAFORMA LICITANET

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/03 ÀS 11:30 h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço – Lote único (forma Global)

INTERVALO MÍNIMO:

R\$ 100,00 (cem reais)

PREGÃO ELETRÔNICO
MUNICIPIO DE ITAPAGIPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
Processo Administrativo nº 15835

2

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE ITAPAGIPE, CNPJ 21.226.840/0001-47, por meio do Setor de Licitação, sediado na Rua 08, nº 1000, Bairro Centro, Itapagipe/MG, CEP 38.240-000, realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço Global, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decreto Municipal 1.251 de 09 de julho de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 13/03/2026

Hora Inicial : 11:30 h

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme Termo de Referência.

1.2. A adoção da contratação por lote único (forma global) justifica-se em razão da natureza integrada dos serviços, que demandam padronização técnica, uniformidade estética e coordenação operacional, sendo que o parcelamento poderia comprometer a qualidade do resultado final, gerar incompatibilidades técnicas, retrabalhos e conflitos de cronograma, além de elevar custos administrativos e operacionais. Assim, a contratação global mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, conforme disposto na legislação vigente.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que satisfaçam as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, que esteja previamente cadastrado na Plataforma Licitanet (licitanet.com.br).

2.2. Os interessados deverão estar previamente cadastrados na **Plataforma Licitanet**, sendo de sua exclusiva responsabilidade manter atualizadas as informações ali prestadas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos limites, condições e hipóteses previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como na legislação aplicável.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Plataforma Licitanet), a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Qtidade
	Lote 01	
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social	12 meses

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas poderá ensejar a responsabilização perante os órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote, em moeda corrente nacional (Reais – R\$), observado o critério de julgamento de menor preço global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
01	Lote 01	R\$ 100,00 (cem reais)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#);

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. Aplicam-se subsidiariamente as normas federais pertinentes à matéria, no que couber;

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar, inclusive quando a proposta estiver abaixo do preço máximo definido para a contratação, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Na hipótese de não realização da prova de conceito, de sua realização com atraso sem justificativa devidamente aceita pelo Pregoeiro, ou ainda de sua execução em desacordo com as especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) proposta apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será realizada mediante análise da documentação apresentada no sistema eletrônico, na forma prevista neste Edital e no Termo de Referência, podendo ser utilizadas bases oficiais de consulta para verificação da regularidade dos documentos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão das informações e documentos por ele inseridos no sistema eletrônico, devendo mantê-los atualizados, sob pena de inabilitação.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas em até 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após o recebimento da notificação pela Administração;

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o será exigida a manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Oficial de Licitações do Município, podendo, ainda, ser solicitados pelo endereço eletrônico *licitacao@itapagipe.mg.gov.br*, observado o disposto na legislação vigente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As infrações administrativas e as respectivas sanções contarão no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da Plataforma Licitanet.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapagipe.mg.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

13.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração conjunta;

Itapagipe/MG , 25 de fevereiro de 2026

Lucas da Silva Queiroz

Secretaria Municipal de Comunicação Social

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social.

1.2. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

1.3. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE e que não comprometa a qualidade, o prazo e a responsabilidade técnica dos serviços contratados. A subcontratação não exime o CONTRATADO de sua responsabilidade integral perante a CONTRATANTE, permanecendo como único responsável pela execução, coordenação, supervisão e cumprimento de todas as obrigações contratuais estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

1.4. Da descrição do conjunto de serviços

Os serviços a serem prestados compreendem:

1.4.1. Serviços de Videomaker

- Captação de imagens em vídeo de eventos oficiais, ações administrativas, obras, campanhas e programas institucionais;
- Produção, gravação, edição e finalização de vídeos institucionais, informativos e educativos;
- Adequação dos vídeos para divulgação em redes sociais, site institucional e demais canais oficiais.

1.4.2. Serviços de Fotografia

- Produção fotográfica profissional de eventos, obras e atividades oficiais;

- Tratamento, edição e organização das imagens;
- Entrega de acervo fotográfico digital em alta qualidade.

1.4.3. Transmissão ao Vivo

- **Transmissão dos eventos em tempo real (ao vivo)** nas páginas oficiais da Prefeitura Municipal de Itapagipe, incluindo redes sociais e outros canais indicados pela Administração;
- Operação de equipamentos de áudio e vídeo necessários à transmissão;
- Garantia de qualidade mínima de imagem e som.

1.4.4. Dos produtos a serem entregues

- Vídeos institucionais editados;
- Fotografias tratadas em alta resolução;
- Gravações das transmissões ao vivo;
- Arquivos digitais prontos para publicação.

1.4.5. Dos direitos autorais

A empresa contratada deverá ceder **integralmente** à Prefeitura Municipal de Itapagipe os direitos de uso das imagens, vídeos e transmissões produzidos, para fins institucionais, sem limitação de tempo ou território.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição da necessidade da contratação

2.1.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, captação de imagens em vídeo e fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura de eventos institucionais e transmissões simultâneas (ao vivo), presenciais e/ou remotas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social do Município de Itapagipe/MG.

2.1.2. A contratação decorre da necessidade permanente de divulgação das ações, programas, obras, campanhas educativas, eventos oficiais e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal, assegurando a publicidade dos atos administrativos, a transparência da gestão pública e o direito fundamental de acesso à informação pela população, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

2.1.3. A Administração Pública Municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais especializados em serviços de videomaker e fotografia institucional, tampouco possui infraestrutura técnica, equipamentos, softwares e recursos tecnológicos adequados para a execução

contínua, eficiente e qualificada desses serviços. Trata-se de atividades que exigem conhecimento técnico específico, domínio de linguagem audiovisual aplicada à comunicação pública, capacidade de edição e finalização profissional, além de agilidade na produção e divulgação de conteúdos, especialmente em meios digitais e redes sociais oficiais.

2.1.4. A ausência dessa contratação comprometeria de forma significativa a adequada divulgação das ações governamentais, prejudicando a transparência administrativa, a eficiência da gestão pública e o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência. Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público.

2.2. Estimativas de quantitativos

2.2.1. A contratação será realizada sob a forma de prestação de serviços continuados, não se caracterizando como fornecimento de bens ou aquisição de unidades físicas, mas sim como a contratação de 1 (um) conjunto integrado de serviços, executados de forma contínua ao longo da vigência contratual.

2.2.2. Considerando que a presente contratação será remunerada por valor mensal fixo, não há definição de quantitativos mensuráveis em unidades físicas. A estimativa refere-se à contratação de 1 (um) conjunto integrado de serviços técnicos especializados, a serem prestados de forma contínua durante o período de 12 (doze) meses, com atendimento às necessidades da Administração, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2.3. A estimativa leva em conta a necessidade contínua de divulgação das ações governamentais, a frequência de eventos oficiais, campanhas institucionais, atos administrativos e o cumprimento da obrigação legal de publicidade e transparência, conforme os princípios da administração pública.

2.2.4. A contratação de serviços continuados mostra-se a alternativa mais adequada, pois assegura flexibilidade operacional e adaptação às variações quantitativas dos serviços ao longo da vigência contratual, promovendo maior eficiência administrativa, economicidade e continuidade da comunicação institucional, em conformidade com o interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta foi estruturada de forma integrada, com o objetivo de atender de maneira eficiente, padronizada e contínua às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Comunicação Social. A proposta visa assegurar que todas as etapas relacionadas à produção, registro, edição, veiculação e suporte técnico dos conteúdos institucionais estejam contempladas,

promovendo a eficiência administrativa, a transparência dos atos públicos e o fortalecimento da comunicação entre a Administração Pública e a sociedade.

3.2. A solução compreende um conjunto articulado de serviços que, de forma integrada, garantem o atendimento completo da demanda ao longo de todo o ciclo de vida do objeto contratado, incluindo: o planejamento das atividades de comunicação; a captação de imagens e sons por meio de fotografia e vídeo; a edição, tratamento e finalização dos materiais audiovisuais; a cobertura e transmissão simultânea de eventos institucionais; o fornecimento de apoio técnico especializado; e a entrega dos produtos finais em formatos compatíveis com os canais oficiais da Administração.

3.2.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Comunicação Social, abrangendo eventos oficiais, campanhas institucionais, ações governamentais, atos administrativos e demais atividades que demandem registro, divulgação ou transmissão audiovisual, observadas as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

3.2.2. A solução contempla a utilização de equipamentos, softwares e tecnologias adequadas e atualizadas, bem como a disponibilização de profissionais qualificados para a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção, atualização e substituição dos recursos necessários durante toda a vigência contratual, de modo a assegurar a qualidade, a continuidade e a confiabilidade dos serviços prestados.

3.2.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis, boas práticas profissionais e diretrizes de comunicação institucional da Administração Pública, observando-se aspectos relacionados à proteção de dados, direitos autorais, uso de imagem, acessibilidade e padronização da identidade visual institucional.

3.3. A solução integrada proposta busca atender, de forma completa, eficaz e sustentável, às necessidades de comunicação institucional do Município, contribuindo para o aprimoramento da transparência pública, da eficiência administrativa e da qualidade da informação disponibilizada à população, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

3.4. Gestão de Riscos da Contratação

3.4.1. Os principais riscos relacionados à execução contratual, bem como as respectivas medidas mitigadoras e responsáveis por sua gestão, encontram-se descritos na Matriz de Riscos constante nos autos do processo administrativo, em conformidade com as boas práticas de governança e planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.4.2. A gestão de riscos será acompanhada pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, podendo ser atualizada sempre que necessário durante a vigência contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Operacionais

A contratação deverá assegurar a prestação de serviços de forma contínua, eficiente e compatível com as necessidades institucionais da CONTRATANTE, observando os padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá possuir estrutura técnica, operacional e logística adequada para execução dos serviços, incluindo equipamentos, softwares, equipe técnica qualificada e demais recursos necessários ao fiel cumprimento do objeto.

4.1.1. Disponibilidade e Atendimento às Demandas

A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade compatível com as necessidades da Administração, incluindo:

- I – Atendimento às solicitações realizadas pela CONTRATANTE;
- II – Cobertura audiovisual de eventos institucionais presenciais e remotos;
- III – Atendimento às demandas programadas e às demandas urgentes, conforme necessidade institucional;
- IV – Disponibilidade para atuação em dias úteis, finais de semana e feriados, quando necessário;
- V – Capacidade de mobilização em prazo compatível com a natureza, urgência e relevância da necessidade;
- VI – Execução dos serviços no local indicado pela CONTRATANTE, predominantemente, no território do Município de Itapagipe/MG e em sua área regional, compreendendo um raio de até **100 (cem) quilômetros** a partir da sede do Município, considerando a necessidade de cobertura de eventos institucionais, ações administrativas, obras, campanhas e atividades oficiais. **Em casos excepcionais**, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, os serviços poderão ser executados em locais situados fora do raio estabelecido, desde que previamente acordado entre as partes, observadas as condições contratuais.

4.1.2 Entregas Exigidas

A CONTRATADA deverá realizar, conforme solicitação da Administração, os seguintes serviços e produtos:

- I – Produção, gravação e edição de vídeos institucionais;
- II – Cobertura audiovisual de eventos institucionais;
- III – Produção e tratamento de fotografias institucionais;
- IV – Realização de transmissões ao vivo em canais oficiais;
- V – Gravação integral de eventos institucionais;

- VI – Produção de conteúdos audiovisuais destinados à divulgação institucional;
- VII – Organização e disponibilização de banco de imagens institucionais;
- VIII – Entrega dos materiais em formato digital, compatível com plataformas institucionais, redes sociais e demais meios de divulgação utilizados pela Administração.
- IX- Geração de legendas automáticas em vídeos com sincronização labial e acessibilidade;
- X- Apoio à criação de vinhetas e identidade visual;

Parágrafo único. Os arquivos deverão ser entregues por meio digital, em mídia eletrônica, armazenamento em nuvem ou outro meio definido pela Administração.

4.1.3. Padrão Técnico e Qualidade

Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade, compatíveis com o uso institucional e com as boas práticas profissionais do setor audiovisual.

➤ Vídeo

- I – Resolução mínima em Full HD (1920 x 1080 pixels);
- II – Imagem estável, nítida e com exposição adequada;
- III – Enquadramento e composição compatíveis com o uso institucional;
- IV – Áudio limpo, inteligível e sincronizado com o vídeo;
- V – Arquivos entregues em formato digital compatível com plataformas institucionais;
- VI – Qualidade técnica compatível com veiculação em redes sociais, sites oficiais e apresentações institucionais.

➤ Fotografia

- I – Resolução mínima de 12 (doze) megapixels;
- II – Imagens nítidas, com enquadramento adequado e boa exposição;
- III – Arquivos em alta resolução;
- IV – Formato digital compatível com uso institucional e divulgação pública;
- V – Tratamento básico de imagem, quando necessário, sem descaracterização do conteúdo original.

➤ Transmissão ao Vivo

- I – Resolução mínima em Full HD (1920 x 1080 pixels), sempre que as condições técnicas permitirem;
- II – Estabilidade de transmissão;
- III – Sincronização adequada entre áudio e vídeo;
- IV – Qualidade compatível com uso institucional e transmissão em canais oficiais;
- V – Utilização de plataformas compatíveis com os meios institucionais da Administração.

4.2. Qualificação Técnica Operacional

A licitante deverá comprovar sua capacidade técnica operacional mediante apresentação de documentação que demonstre experiência prévia na execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A comprovação deverá incluir, no mínimo:

- I – Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;
- II – Identificação da entidade contratante e descrição dos serviços executados;
- III – Período de execução dos serviços;
- IV – Declaração ou documento que comprove a efetiva execução dos serviços pela licitante.

Poderão ser apresentados, **de forma complementar**:

- a) Portfólio técnico;
- b) Contratos firmados;
- c) Notas fiscais emitidas;
- d) Declarações de contratantes;
- e) Links, arquivos ou mídias digitais contendo os trabalhos realizados.

Parágrafo único. Não serão aceitos documentos que não permitam verificar, de forma objetiva, a efetiva execução dos serviços pela licitante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Vigência contratual

5.1.1. A contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2. Início da execução dos serviços

5.2.1. Após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço, a **CONTRATADA** terá o prazo de até **10 (dez) dias corridos**, prorrogáveis mediante justificativa devidamente aceita pela Administração, para iniciar a prestação dos serviços de videomaker, fotografia e edição audiovisual e fotográfica, devendo atender às demandas no prazo de 2 (dois) dias úteis, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

5.2.2. A partir do início da execução, a **CONTRATADA** deverá atender às demandas encaminhadas pela Administração, sendo a execução do objeto de contratação, acompanhada pelo órgão requisitante, de forma parcelada e contínua, de acordo com a necessidade da contratante.

5.3. Perímetro da prestação dos serviços

5.3.1. A execução dos serviços deverá ocorrer nos locais indicados pela CONTRATANTE, predominantemente no território do Município de Itapagipe/MG e em sua área regional, compreendendo um raio de até 100 (cem) quilômetros a partir da sede do Município, considerando a necessidade de cobertura de eventos institucionais, ações administrativas, obras públicas, campanhas educativas, atividades oficiais e demais demandas de interesse da Administração. Em situações excepcionais, mediante solicitação formal da CONTRATANTE e justificativa devidamente fundamentada, os serviços poderão ser executados fora do raio estabelecido, desde que previamente acordado entre as partes e observadas todas as condições contratuais, operacionais e financeiras previstas neste Termo de Referência.

5.4. Aprovação prévia dos conteúdos

5.4.1. Os conteúdos produzidos pela CONTRATADA poderão ser submetidos à análise e aprovação prévia do Fiscal do Contrato ou do setor requisitante, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas, institucionais e de qualidade exigidas.

5.4.2. Caso sejam identificadas inconformidades, ajustes ou adequações, a CONTRATADA deverá realizar as correções necessárias, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

5.4.3. Somente após a aprovação da Administração os conteúdos serão considerados aceitos para fins de recebimento definitivo.

5.5. Da entrega do conteúdo

5.5.1. A entrega do conteúdo e dos materiais produzidos em decorrência dos serviços prestados deverá ocorrer no prazo de até 2 (dois) dias úteis, salvo quando o serviço demandar maior complexidade técnica, hipótese em que o prazo poderá ser ajustado mediante comum acordo entre as partes.

5.5.2. Em caso de solicitações simultâneas ou concomitantes, a CONTRATADA poderá somar os prazos correspondentes às demandas, desde que previamente comunicadas e justificadas à Administração.

5.6. Do recebimento dos serviços

5.6.1. Procedimento de recebimento

O recebimento será realizado pelo Fiscal do Contrato, mediante verificação da conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Podem ser adotados procedimentos complementares de verificação, validação e aceitação dos conteúdos produzidos, visando assegurar o atendimento aos padrões mínimos de qualidade exigidos.

Constatada a conformidade dos serviços, o Fiscal do Contrato emitirá o **atesto de recebimento definitivo** no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, autorizando a liquidação e o pagamento da despesa, conforme a legislação vigente.

5.6.2. Etapas do recebimento

5.6.2.1. O recebimento será feito em duas etapas:

I – **Provisório:** verificação preliminar da conformidade dos serviços, no prazo de até 2 (dois) dias úteis;

II – **Definitivo:** após a verificação completa dos serviços e eventual saneamento de pendências, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante emissão do atesto definitivo.

5.6.2.2. Caso haja pendências, o Fiscal do Contrato realizará nova verificação em até 2 (dois) dias úteis e emitirá, se for o caso, o atesto definitivo.

5.7. Prazo para correção de material e direito de rejeição

5.7.1. Constatada qualquer irregularidade, falha ou desconformidade na execução dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará formalmente a CONTRATADA, que deverá proceder às correções necessárias no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente e na legislação aplicável.

5.7.2. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA realizar as correções necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.8. Condição para pagamento

5.8.1. O prazo para pagamento ficará suspenso enquanto houver pendências relativas à execução dos serviços ou à documentação exigida, retomando-se a contagem após a regularização da situação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A fiscalização da entrega dos serviços será realizada por servidor, identificada e nomeada por portaria, cabendo-lhe verificar a conformidade dos serviços entregues com as especificações do termo de referência, registrar irregularidades e tomar as providências necessárias para assegurar a execução adequada, incluindo o ateste de recebimentos.

✓ Fiscal do Contrato: Mariana Silva Martins – Matrícula N°3787;

6.2. A Gestão do Contrato ficará sob responsabilidade de Lucas da Silva Queiroz - Matrícula N° 5095, identificado e nomeado por portaria, a quem caberá supervisionar o cumprimento das obrigações contratuais e adotar medidas administrativas cabíveis.

6.3. A entrega do serviço da contratação deverá ser acompanhada pelo órgão requisitante, de forma parcelada e contínua, de acordo com a necessidade da contratante, sendo o fiscal responsável por anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato. O fiscal também determinará as ações necessárias para corrigir falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos ao gestor para providências cabíveis.

6.4. A Contratada deverá fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais entre as partes.

6.5. Considera-se que todas as mensagens enviadas pelos servidores para o e-mail fornecido serão lidas após 24 horas do envio, independentemente de confirmação de recebimento.

6.6. É responsabilidade exclusiva da Contratada, garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.

6.7. A Administração Pública não se responsabilizará por problemas decorrentes de endereço de e-mail inválido ou desatualizado fornecido pela Contratada.

6.8. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade dos contratados, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, COMPROVAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Forma de remuneração

7.1.1. A presente contratação será remunerada por valor mensal fixo, correspondente à disponibilização contínua da capacidade técnica e operacional necessária à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, considerando a estimativa média mensal de demandas institucionais da Secretaria Municipal de Comunicação Social, incluindo, exemplificativamente:

I – Cobertura de eventos oficiais;

II – Produção e edição de vídeos institucionais;

III – Produção fotográfica institucional;

IV – Realização de transmissões ao vivo;

V – Produção de conteúdos para divulgação em canais oficiais.

Parágrafo único. A remuneração mensal fixa considera a variabilidade natural das demandas institucionais, podendo ocorrer meses com maior ou menor volume de serviços, sem prejuízo da continuidade e disponibilidade da estrutura técnica contratada.

7.1.2. A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços continuados com

disponibilização de capacidade técnica e operacional, não configurando fornecimento de unidades mensuráveis individualmente, nem cessão exclusiva de mão de obra, nem vínculo empregatício, nem subordinação direta entre os profissionais da CONTRATADA e a Administração Pública.

7.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela organização, gestão, coordenação e execução dos serviços, bem como pela disponibilização dos recursos necessários ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

7.2. Critérios de medição dos serviços

7.2.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, e terá como base a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à disponibilidade, execução dos serviços solicitados e atendimento às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Comunicação Social.

7.2.2. A medição considerará a efetiva disponibilização da capacidade técnica e operacional da CONTRATADA, bem como o cumprimento das obrigações contratuais previstas neste Termo de Referência.

7.3. Documentos para comprovação da execução dos serviços

7.3.1. Para fins de medição e comprovação da execução dos serviços, deverão ser apresentados pela CONTRATADA os seguintes elementos:

I – Relatório mensal de atividades, contendo a descrição dos serviços prestados no período, com a indicação, sempre que aplicável, das datas, locais, tipos de cobertura, transmissões realizadas, conteúdos produzidos e demais ações executadas;

II – Comprovação da entrega dos conteúdos produzidos no período, quando houver, tais como vídeos, fotografias, transmissões gravadas e demais materiais institucionais, em formato digital compatível com uso pela Administração;

III – Comprovação da manutenção da disponibilidade técnica e operacional para atendimento às demandas da CONTRATANTE, conforme previsto neste Termo de Referência;

IV – Demais registros que permitam à Administração verificar o cumprimento das obrigações contratuais, quando solicitado pelo Fiscal do Contrato.

7.4. Condições para apresentação da Nota Fiscal

7.4.1. A Nota Fiscal deverá ser entregue ou encaminhada pela CONTRATADA ao Setor de Contabilidade, podendo ser enviada por meio eletrônico para o endereço de e-mail pmicontabilidade@itapagipe.mg.gov.br, observadas as exigências legais e contratuais aplicáveis.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao Setor Contábil do Município, por meio do e-mail

institucional pmicontabilidade@itapagipe.mg.gov.br ou entregue presencialmente no setor competente, observadas as normas administrativas vigentes.

7.4.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação.

7.5. Condições para pagamento

7.5.1. O pagamento será mensal, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, após comprovação da execução regular dos serviços e aceitação pela Administração.

7.5.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto definitivo da Nota Fiscal, conforme a legislação vigente.

7.5.3. O pagamento está condicionado à regularidade fiscal da CONTRATADA e ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.5.4. Em caso de descumprimento contratual, execução inadequada dos serviços ou pendências que impeçam o atesto, o pagamento poderá ser suspenso ou retido até a regularização da situação.

7.6. Do reajuste

7.6.1. O valor contratual poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento estimado, conforme previsto no edital, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

7.6.2. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. Considerando que o objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviços continuados de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, com base em especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação a ser adotada será o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, uma vez que a contratação se dará de forma integrada para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, garantindo-se maior eficiência administrativa, padronização da execução e economicidade para a Administração.

8.1.3. O modo de disputa adotado será o ABERTO, conforme previsto no art. 56 §I da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão propostas iniciais e poderão ofertar lances sucessivos, públicos e decrescentes.

8.1.4. Será estabelecido intervalo mínimo de R\$100,00(cem reais) de diferença de valores entre os lances, que será aplicado proporcionalmente ao valor do lote, conforme definido no edital, observado o disposto na legislação vigente e as regras do sistema eletrônico utilizado.

8.2. Requisitos de Habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I – Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;
- III – No caso de sociedades por ações, documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II – Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- IV – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- V – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- VII – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, se houver relativo

ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação.

8.2.3. Qualificação técnica

A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de:

- I – Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto desta contratação, tais como serviços de videomaker, fotografia, produção audiovisual, cobertura de eventos institucionais, gravação, edição de vídeos ou serviços correlatos;
- II – O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da entidade emitente, descrição dos serviços executados, período de execução e manifestação quanto à qualidade e regularidade da prestação dos serviços;
- III – Declaração de que o licitante dispõe ou disporá, no momento da execução contratual, de estrutura técnica, equipamentos e recursos humanos adequados e suficientes para a execução dos serviços objeto desta contratação.

8.2.4. Qualificação econômico-financeira

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de:

- I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão, salvo prazo diverso fixado pelo órgão emissor;
- II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.2.5. Declarações complementares

O licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes declarações:

- I – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- II – Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;
- III – Declaração de que não possui impedimentos para contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;
- IV – Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução do objeto.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que, no âmbito da execução do contrato:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total do contrato;
- IV – ensejar o retardamento injustificado na execução dos serviços ou no cumprimento dos prazos estabelecidos;
- V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846;
- IX – não manter as condições de habilitação exigidas na licitação durante a vigência do contrato;
- X – não cumprir as obrigações contratuais assumidas ou descumprir determinações do Fiscal ou do Gestor do Contrato.

9.2. Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração:

9.2.1. Advertência

Será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato ou cometer infração de menor gravidade, que não justifique a aplicação de penalidade mais severa.

9.2.2. Multa

A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa, conforme abaixo:

- I – multa de até **10% (dez por cento) do valor mensal do contrato**, nos casos de inexecução parcial, atraso injustificado ou descumprimento de obrigações contratuais;
- II – multa de até **10% (dez por cento) do valor global do contrato**, nos casos de inexecução total ou descumprimento grave das obrigações contratuais;
- III – multa moratória, quando aplicável, em razão de atraso injustificado na execução dos serviços, conforme estabelecido no contrato;
- IV – as multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções administrativas, conforme previsto na legislação vigente;
- V – a aplicação da multa não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar

Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de até **3 (três) anos**, quando a CONTRATADA:

- I – der causa à inexecução parcial grave do contrato;
- II – der causa à inexecução total do contrato;
- III – ensejar o retardamento injustificado na execução do objeto;
- IV – não mantiver a proposta ou não cumprir as obrigações assumidas.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada nos casos de infrações de maior gravidade, especialmente quando a CONTRATADA:

- I – apresentar documentação falsa;
- II – praticar fraude;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – praticar ato lesivo à Administração Pública;

A sanção de declaração de inidoneidade impedirá a CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, conforme legislação vigente.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – os danos causados à Administração;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os antecedentes da CONTRATADA;
- V – a proporcionalidade e razoabilidade da penalidade.

9.4. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração.

9.5. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme previsto na legislação vigente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Observar integralmente os atos de regulamentação da Lei nº 14.133/2021 em todas as etapas da contratação, desde o planejamento, que inclui o Estudo Técnico Preliminar, até a execução, gestão e fiscalização do contrato, promovendo acompanhamento contínuo da prestação dos serviços e a avaliação dos resultados alcançados.

- 10.2. Emitir a ordem de início dos serviços, acompanhada da respectiva nota de empenho, quando aplicável, observadas as disposições contratuais.
- 10.3. Prestar à Contratada todas as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada e fiel execução dos serviços contratados.
- 10.4. Disponibilizar, sempre que necessário, acesso aos locais, ambientes físicos ou digitais, sistemas, plataformas e demais meios indispensáveis à execução dos serviços, bem como indicar servidores ou representantes para apoio técnico e operacional.
- 10.5. Receber a equipe da Contratada nos locais, datas e horários previamente agendados, por intermédio do Gestor ou Fiscal do Contrato designado.
- 10.6. Solicitar formalmente, por meio do Gestor ou Fiscal do Contrato, as correções, ajustes ou complementações necessárias quando constatadas falhas, vícios ou inadequações na execução dos serviços.
- 10.7. Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de realização dos serviços e eventos, desde que observadas as normas internas de segurança e funcionamento da Administração.
- 10.8. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, bem como a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 10.9. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme valores, prazos e condições estabelecidos no contrato, após a devida comprovação da execução dos serviços.
- 10.10. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e a legislação vigente.
- 10.11. Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato, competentes para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual.
- 10.12. Registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos, bem como as providências adotadas, encaminhando-as à autoridade competente quando necessário.
- 10.13. Dirimir, por intermédio do Gestor ou Fiscal do Contrato, as dúvidas que surgirem durante a execução dos serviços, mantendo comunicação formal e tempestiva com a Contratada.
- 10.14. Assegurar suporte do órgão de assessoramento jurídico e do controle interno aos gestores e fiscais do contrato, sempre que necessário ao adequado acompanhamento da execução contratual.

10.15. Realizar, quando necessário, diligências junto à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, com a finalidade de comprovar o atendimento das exigências técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

10.16. Notificar formalmente a Contratada acerca de eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.17. Adotar as medidas necessárias para impedir a execução dos serviços por terceiros estranhos ao contrato, ressalvadas as hipóteses de subcontratação expressamente autorizadas neste Termo de Referência e no contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços contratados de forma contínua, eficiente e em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do contrato, da proposta apresentada, bem como com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e boas práticas profissionais relacionadas à área de comunicação institucional.

11.2. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer multas, penalidades, indenizações, encargos ou despesas decorrentes do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas ou posturas públicas relacionadas à execução dos serviços, não podendo tais ônus, em nenhuma hipótese, ser transferidos à Contratante.

11.3. Arcar com todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, tributários e quaisquer outros decorrentes da execução dos serviços, inclusive seguros de acidentes de trabalho, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante.

11.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a regularidade da contratação.

11.5. Zelar para que seus empregados, colaboradores ou prepostos observem as normas disciplinares, de segurança, conduta ética e funcionamento estabelecidas pela Administração Pública, quando do acesso aos locais ou sistemas da Contratante.

11.6. Responder, civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, colaboradores ou prepostos, no exercício das atividades relacionadas ao contrato.

11.7. Comunicar imediatamente ao Gestor ou Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade, falha, intercorrência ou fato relevante identificado durante a execução dos serviços, especialmente aqueles que possam comprometer a qualidade do objeto, a segurança de pessoas, informações ou o patrimônio público.

11.8. A CONTRATADA poderá subcontratar terceiros para auxiliar na execução de atividades relacionadas ao objeto contratual, sob sua exclusiva responsabilidade, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico, técnico, administrativo ou trabalhista entre a CONTRATANTE e os subcontratados.

11.8.1. A subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, pelo cumprimento dos prazos, pelas obrigações assumidas e pela entrega do objeto em conformidade com todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada, independentemente de os serviços terem sido executados diretamente ou por terceiros.

11.9. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais requisitos de habilitação exigidos na licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Contratante.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$145.350,00 (Cento e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais). O valor estimado foi definido com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, em anexo ao processo, assegurando representatividade, compatibilidade com os valores praticados no mercado e atualidade das informações.

12.2. Para a composição da estimativa de preços, foram utilizadas fontes oficiais e reconhecidas, incluindo contratações similares constantes no Portal de Compras Públicas, bem como cotações diretas junto a empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação, videomaker, fotografia e edição audiovisual, cujos documentos comprobatórios encontram-se devidamente anexados aos autos.

12.3. A metodologia adotada consistiu na aplicação da média aritmética simples dos valores coletados, considerando que o coeficiente de variação apurado permaneceu dentro de limites aceitáveis, demonstrando homogeneidade entre os preços pesquisados e inexistência de indícios de sobrepreço ou inexecuibilidade.

12.4. Com base nos dados analisados, o valor preliminar estimado mensal corresponde a R\$12.112,50 (doze mil cento e doze reais e cinquenta centavos), resultando no valor preliminar estimado global de R\$145.350,00 (Cento e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais), considerando o período de 12 (doze) meses de vigência contratual. O referido valor constitui como referência adequada para a futura licitação, assegurando a vantajosidade da contratação, a economicidade e o atendimento aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

12.5. Compatibilidade com a estimativa de demanda

A estimativa de valor mensal considerou a média histórica de eventos institucionais, campanhas públicas, ações administrativas e transmissões realizadas pelo Município, bem como a necessidade permanente de registro e divulgação institucional, demonstrando compatibilidade entre o valor estimado e a expectativa de utilização dos serviços durante a vigência contratual.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão conforme dotação orçamentária:

- **13.1.1.** Classificação funcional: 0200124-247220003-12-2.421
- **13.1.2.** Natureza da despesa: 3390390000
- **13.1.3.** Fonte: 1500
- **13.1.4.** Ficha: 501

Itapagipe/MG, 25 de fevereiro de 2026.

Elaborado por: _____

Lucas da Silva Queiroz
Secretário Municipal de Comunicação Social

Aprovo: _____

Prefeito - Ricardo Garcia da Silva

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO N°. .../2026.

Pregão Eletrônico n°. 05 /2026

Processo n°. 15835

*Contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE-MG,
e de outro lado,, na forma abaixo:*

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n°. 21.226.840/0001-47, com sede administrativa na Rua 08, n°. 1000, Centro, CEP: 38.240-000, cidade de Itapagipe/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RICARDO GARCIA DA SILVA**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A) resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, com fundamento no Processo n° 15835, no Pregão Eletrônico n° xx/2026, em conformidade com a Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n.05/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social	SE	12	R\$...	R\$

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

2.2. Após a assinatura do contrato ou a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos para iniciar a prestação dos serviços de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, prazo este que poderá ser prorrogado mediante justificativa formal devidamente aceita pela Administração.

2.3. Após o início da execução contratual, a CONTRATADA deverá atender às demandas encaminhadas pela Administração no prazo de até 2 (dois) dias úteis, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e previamente acordadas com o órgão requisitante.

2.4. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada e contínua, conforme as necessidades da CONTRATANTE, sendo acompanhada e fiscalizada pelo órgão requisitante designado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Presente edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE e que não comprometa a qualidade, o prazo e a responsabilidade técnica dos serviços contratados. A subcontratação não exime o CONTRATADO de sua responsabilidade integral perante a CONTRATANTE, permanecendo como único responsável pela execução, coordenação, supervisão e cumprimento de todas as obrigações contratuais estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1- O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Liquidação da Despesa (NLD), mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, condicionado à regularidade fiscal da CONTRATADA e ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 - Em caso de prorrogação, os preços da contratação serão reajustados anualmente, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1- As obrigações do contratante são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1- As obrigações do contratado são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. As infrações e sanções administrativas da presente contratação são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1- O contrato extingue-se pelo advento do termo final de sua vigência, pelo cumprimento integral de seu objeto ou nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021

12.2- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3- Indenizações e multas.

12.3.4- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

- 020124-247220003-12-2.421-3390390000-501-1500

13.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1- Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA: - DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

A Contratada deve fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais com a administração.

A Contratada concorda que todas as mensagens enviadas pela Administração para o endereço de e-mail fornecido serão consideradas como lidas após 24h do envio, independentemente de confirmação de recebimento.

A Contratada é responsável por garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.

A administração pública não será responsável por quaisquer problemas decorrentes do uso de um endereço de e-mail inválido ou desatualizado pela contratada.

As notas fiscais emitidas pela Contratada, referentes ao objeto do presente contrato, deverão ser encaminhadas ao e-mail: pmimprensa@itapagipe.mg.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapagipe/MG, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente contrato.

18.2 - Assim, ajustadas e contratadas as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito conforme normas estabelecidas pela legislação vigente na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

Itapagipe/MG, ____ de _____ de 2026.

**MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE
CONTRATANTE**

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº. 05/2026
Processo nº. 15835

Processo Licitatório nº 15835
Pregão Eletrônico nº 05/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de videomaker, fotografia, edição audiovisual e fotográfica, cobertura e transmissões simultâneas de eventos presenciais e/ou remotos, bem como serviços correlatos de comunicação, produção de conteúdo e apoio técnico, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação Social, conforme Termo de Referência.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE-MG

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:
Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.
E-mail
Telefone:

No uso das atribuições legais, encaminhamos a Proposta de Preços para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei.

Nº	Qnt	Descrição	Marca	Valor	Total
01			R\$

Preço global da proposta por extenso: _____

Validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias, contados da data da sua emissão – informação obrigatória).

Declaramos ainda, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório **Pregão Eletrônico nº 05/2026**, instaurado pelo Município de Itapagipe/MG, que:

- Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos cotados;

- Os valores propostos, bem como aqueles que por ventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação.

- Examinamos, criteriosamente, todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Licitador todas as informações sobre qualquer ponto duvidoso;

- Os elementos desta Licitação permitem a elaboração de uma proposta totalmente condizente para o fornecimento do objeto licitado.

- A participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos e condições estabelecidas no Edital e que sendo vencedor da licitação, assumiremos integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto licitado de acordo com as especificações propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Nome da Empresa (carimbo da empresa)

Representante legal

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG
PROCESSO Nº 15835

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ n.º, sediada na, bairro, cidade, por seu Administrador, o Sr., brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação no Processo de Licitação supra citada, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG, que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
8. Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
9. Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo a presente.

...../....., de de 2026.

.....
Nome Completo
Cargo
CPF
RG